



A criminalidade estampada nas páginas dos jornais: uma análise do jornalismo impresso juizforano.¹

Fernanda Nalon Sanglard*

Jornalista e aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF²

Marise Baesso Tristão**

Jornalista e aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF³

Resumo

Este trabalho busca mostrar como o assunto criminalidade vem sendo tratado pelos meios de comunicação, em especial pelos veículos impressos. Apesar de ser um tema que interessa cada vez mais a um maior número de pessoas e suscita análises, debates e aprofundamentos sobre questões éticas e políticas editoriais, por outro lado continua servindo apenas como chamariz para alavancar vendas e tratar os casos de maneira bizarra. O artigo retrata aspectos da cobertura do jornalismo impresso – por meio da análise de dois jornais – em Juiz de Fora, cidade de porte médio de Minas Gerais, e discute como a fragmentação e os discursos adotados pela mídia interferem nos processos de criação e redefinição de identidades.

Palavras-chave

Jornalismo impresso; criminalidade; identidades.

Introdução

A criminalidade está cada vez mais presente no nosso cotidiano. Seja por meio de situações violentas vividas ou mediadas, a experimentação do contato com o crime se tornou assunto corriqueiro entre os cidadãos e diário nos jornais. Pode-se dizer que o jornalismo atualmente não mais se sustenta sem a criminalidade, e que a sociedade confia aos meios de comunicação um papel de divulgador da violência e de revelador das injustiças. É cobrada da imprensa a função de denunciar atos ilícitos e verificar se os mesmos foram punidos.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Fernanda Nalon Sanglard formou-se em Comunicação Social em dezembro de 2007 pela UFJF, possui especialização MBA em Marketing pela Faculdade de Economia e Administração da UFJF, é repórter da editoria Geral do Jornal Tribuna de Minas e aluna de disciplina isolada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF.

³ Marise Baesso Tristão formou-se em Comunicação Social em dezembro de 1993 pela UFJF, possui especialização em Comunicação: Estratégias diante de novas tecnologias pela UFRJ, é editora de Geral do Jornal Tribuna de Minas e aluna de disciplina isolada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF.



Sem entrar no mérito das verdadeiras funções da imprensa, este trabalho é, na verdade, um ensaio sobre a cobertura jornalística da criminalidade e as construções identitárias incentivadas por ela, e uma análise do jornalismo impresso juizforano, visto que Juiz de Fora, cidade de 520 mil habitantes, ou seja, de médio porte, localizada na Zona da Mata mineira, pode ser utilizada como um exemplo modelo para a análise de como ocorre a representação do crime nos jornais fora das grandes regiões metropolitanas do Brasil.

Ao analisar os noticiários diários, temos percebido o espaço, cada vez maior, para assuntos que dizem respeito à criminalidade urbana. Não poderia ser diferente, visto que a violência é um dos maiores problemas vivenciados hoje, principalmente nos grandes centros, em que toma proporções antes inimagináveis, seja em situações pessoais (assassinato por motivos passionais, por exemplo), seja por problemas macro (crimes contra o patrimônio ou atos de vandalismo em massa, por exemplo), ligados a questões sociais ou culturais da atividade humana. Diferentes setores da sociedade, nos campos das pesquisas e das experiências de gestão de políticas públicas de segurança, despertaram para a gravidade dos índices de homicídio e outros crimes a partir dos anos 90 e começaram a desenvolver ações e denúncias dessa situação.

Se antes o noticiário policial era considerado menor em relação a outras editorias, agora cada vez mais o assunto é alvo de análises aprofundadas no jornalismo. No entanto, ainda há meios de comunicação que tratam a violência de maneira apenas superficial e pejorativa, destacando os crimes bárbaros de forma sensacionalista. De modo geral, são os jornais impressos que dependem da venda em banca que buscam neste apelo uma forma de aumentar as vendagens. Neste artigo, vamos buscar analisar reportagens que tratam do tema violência em dois periódicos juizforanos. Um deles é o tabloide “JF Hoje”, com venda específica em banca, e o outro, a “Tribuna de Minas”, jornal standard, com peso maior entre os assinantes.

De um modo ou de outro, os veículos de comunicação também vêm tentando tratar as notícias policiais de forma mais cuidadosa, preservando nomes de suspeitos e de vítimas nos casos, por exemplo, que envolvem crianças ou vítimas de abuso sexual. A situação tem se tornado até mesmo excessiva, podendo, em alguns casos, prejudicar a notícia. Isso seria uma forma ética de preservar os envolvidos ou uma maneira de o veículo se resguardar de futuros processos na Justiça?



A cobertura da criminalidade pela mídia

O tema da segurança está entre os que mais despertam preocupação e medo na população brasileira. Além disso, “a imprensa tem nos problemas de violência e criminalidade um dos maiores interesses de seus leitores, ouvintes e telespectadores” (BEATO, 2007, p. 33). No entanto:

Historicamente, a reportagem policial tem sido um dos setores menos valorizados nos jornais, e costumava ser delegada a profissionais menos experientes ou menos preparados do que os de setores considerados ‘sérios’, como o da cobertura política. Esse quadro já se modificou bastante. Mas até onde os esforços feitos pela imprensa têm conseguido melhorar a cobertura de segurança e criminalidade? (RAMOS e PAIVA 2007, p.15)

Este questionamento é importante na medida em que “o jornal é o grande meio de comunicação dentro da cidade, e, é na base da informação fornecida por ele, que se baseia a opinião pública. A primeira função que um jornal preenche é a que, anteriormente, o falatório desempenhava na aldeia” (PARK, 1973, p.66). Então, se o jornal é formador de opinião pública e de fato funciona como um quarto poder, o entendimento de sua interferência na sociedade moderna torna-se assunto de extrema importância.

A mídia se transformou em um elemento crucial na tomada de decisões importantes nos diversos segmentos sociais, na criação de políticas públicas e também na cobrança de ações imediatistas que objetivam apenas oferecer respostas ágeis às cobranças da sociedade. Também por esses fatores, os meios de comunicação começaram a funcionar como elemento mediador entre a sociedade e o poder público, atuando de forma a revelar injustiças e ações humanas que chocam ou surpreendem.

A cobertura da violência, entretanto, possui peculiaridades que colocam jornalistas e proprietários de veículos de comunicação dentro de uma infundável discussão ética. O sensacionalismo, tão presente nas matérias que tratam a criminalidade, tem relação direta com as políticas editoriais de cada jornal e com o objetivo de ampliar a venda. A escolha do título de uma reportagem, das fotos que serão usadas ou do que será a manchete da edição, é feita a partir da linha editorial adotada, mas também é carregada de subjetividade e de critérios impostos socialmente. É o caráter subjetivo da edição que, muitas vezes, dá menor ou maior espaço e importância para uma notícia sobre determinado crime e que influencia qual será a repercussão dessa notícia.



A abordagem que deve ser dada à criminalidade não é algo objetivo e de fácil resolução. Apesar de haver políticas editoriais, normas e procedimentos a serem seguidos, geralmente, cada novo tema que envolve violência ou atos ilícitos é discutido de forma única para que as características da cobertura fiquem bem delimitadas. Alguns jornais têm como critério não divulgar nomes de suspeitos de cometerem um crime, antes de serem julgados e condenados. Entretanto, quando ocorre algo extremamente chocante, que começa a ganhar muita notoriedade e a mobilizar a sociedade, esses mesmos veículos se veem obrigados a repensar suas políticas e, em alguns casos, decidem revelar o nome dos suspeitos.

Por isso, determinar como cobrir guerras, homicídios, questões relacionadas ao tráfico, assim como falhas policiais ou judiciárias, jamais foi uma questão simples. Mas qual é a lógica para definir aquilo que vai ou não ser publicado nos jornais? A resposta pronta para essa pergunta seria a de atender aos interesses do público. Mas, em alguns momentos, fica nítido que existe outros motivos considerados mais “relevantes”, como a conquista de novos e a manutenção de antigos leitores ou espectadores, do que propriamente defender interesses. Isso sem contar outros fatores que dizem respeito ao jornal como empresa e àquelas razões clássicas do jornalismo, como proximidade do fato, interesse para o maior número de pessoas, *fait divers* (fatos excepcionais e curiosos), entre outros. Nos jornais menos populares, geralmente destinados às classes mais altas da sociedade, o leitor é visto como o indivíduo que se preocupa com a violência que pode acabar atingindo-o mais cedo ou mais tarde, principalmente, os casos de crimes contra o patrimônio: furtos a pedestres, roubos a residências, de carros, sequestros, etc. Portanto, esses temas ganham mais espaço que os assuntos bizarros e as tragédias humanas nesse tipo de periódico. Já os veículos de comunicação voltados para a população de baixa renda, a chamada “imprensa popular” – com o discurso de que publica aquilo que o seu leitor tem interesse – vende milhões de exemplares ao expor tragédias pessoais, assassinatos, brigas de casais que acabam em morte, e assim por diante. Afinal, esta camada se identificaria com esses fatos ou conheceria alguém que se encaixe com as pessoas ou com as situações que estão retratadas nos jornais.

O crime tratado pelos jornais em uma cidade de médio porte

Juiz de Fora é uma cidade de médio porte da Zona da Mata mineira e localiza-se próxima de grandes centros metropolitanos, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte.



Com aproximadamente 520 mil habitantes⁴, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda guarda traços de cidade do interior e é considerada uma cidade com alta qualidade de vida. Entretanto, o município também possui aspectos de cidade grande e possui índices que demonstram uma grande desigualdade social e o crescimento da criminalidade.

De cada R\$ 100 produzidos na cidade, R\$ 62 estão concentrados nas mãos dos 20% mais ricos. Já os 20% mais pobres movimentam menos de R\$ 3 desse total, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano. De acordo com o site Cidades, do IBGE, a renda per capita do município situa-se em R\$ 854, porém 14% da população, o que corresponde a mais de 73 mil pessoas, sobrevivem com menos da metade do salário mínimo, valor inferior a R\$ 200. Apesar de Juiz de Fora estar entre o grupo de cidades brasileiras com alto desenvolvimento humano, índice medido pelas variáveis educação, renda e longevidade, a grande faixa de excluídos demonstra que o paraíso até pode ser aqui, mas o acesso ao éden é para muito poucos. (ARBEX, 2009).

Município com um desenvolvimento industrial e tecnológico avançado, Juiz de Fora possui uma das melhores universidades do Brasil, a UFJF, conforme o indicador de qualidade das instituições de educação superior do Ministério da Educação (MEC)⁵, uma grande tradição artística e cultural, e é uma das cidades mais importantes de Minas Gerais. Contudo, assim como qualquer município de porte médio, apresenta sérios problemas relacionados à corrupção, ao trânsito e ao meio ambiente. Além disso, ainda sofre um processo de urbanização excludente, como é caracterizada por Raquel Rolnik (2004), e de extrema desigualdade nos processos de comunicação, que deveriam ser democráticos.

O jornalismo diário seleciona as informações e cria uma cartografia da cidade, levando em consideração critérios altamente subjetivos. Existem bairros associados ao bem-estar, geralmente nomeados nas editorias de política, economia, cultura, esportes e nas colunas de opinião e sociais. Outros espaços urbanos, como aqueles das favelas, costumam aparecer com frequência nas páginas policiais ou então naquelas da editoria de “cidade”, que privilegia problemas e reclamação de moradores. (LAHNI, MUSSE, 2007, p.122).

De fato, como Lahni e Musse descrevem, os veículos de comunicação citam com frequência determinadas localidades nas páginas policiais e outras em editorias consideradas, erroneamente, “mais elitizadas”. Essas publicações que envolvem repetidas vezes a criminalidade em algumas regiões específicas, de fato, acabam por contribuir para que tais locais fiquem estigmatizados como áreas violentas, enquanto

⁴ Dado referente à pesquisa realizada em 2007 e obtido no site <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acesso em 30 de março de 2009.

⁵ Informação divulgada no dia 9 de setembro de 2008 na matéria “Entre 173 universidades UFJF é a 22ª no ranking qualitativo do MEC”.



possuem inúmeras outras características positivas. Entretanto, vale ressaltar que essa “divisão” da cidade é feita muito mais de forma inconsciente do que intencional e carrega consigo uma grande quantidade de motivos complexos. Um deles seria o fato de que, realmente, grande parte dos crimes violentos que a imprensa toma conhecimento ocorre nesses espaços, apesar de eles também terem muitos outros acontecimentos menos trágicos. Outro motivo envolve o delicado relacionamento entre polícia e imprensa, já que jornalistas encontram imensa dificuldade em conseguir informações e dados precisos das ocorrências. E também, dentre inúmeras outras razões, a triste notícia de que a arte e a cultura popular, exceto as que já se tornaram modismo, ainda são pouco valorizadas nos veículos de comunicação. Um exemplo é que raramente um projeto de periferia vira capa de um caderno de cultura, enquanto a violência que ocorre na mesma região quase sempre tem espaço nas manchetes.

Análise dos jornais Tribuna de Minas e JF Hoje

A partir dos conceitos destacados e para tentar compreender melhor a cobertura jornalística sobre a violência e a criminalidade feita em Juiz de Fora e verificar o espaço que vem sendo dado ao assunto, optamos por analisar veículos impressos e realizar analogias entre a abordagem da Tribuna de Minas e do JF Hoje, principais jornais da cidade. A análise foi realizada nos meses de fevereiro e março de 2009 e foram estudadas apenas as notícias que se referiam a Juiz de Fora e região, descartando os assuntos divulgados que retratavam o tema em outras partes do país ou do mundo. Apesar de o período ser restrito, o estudo pode servir de referencial para algumas conclusões e reflexões.

A Tribuna de Minas foi fundada há 26 anos e é considerado um jornal voltado para leitores das classes A, B e C, sendo tradicional e o veículo impresso mais antigo ainda em circulação no município. Já a história do JF Hoje se iniciou com o Jornal Panorama, fundado em 2003 e com cunho mais popular. Algum tempo depois, o Panorama se tornou o primeiro impresso de distribuição gratuita no país, mas não conseguiu se sustentar apenas com a arrecadação comercial e, há dois anos, se transformou no JF Hoje, voltado para classes C e D, e que sempre traz na capa a foto de uma mulher em destaque na mídia. Atualmente, a Tribuna conta com uma equipe de aproximadamente 50 pessoas, entre jornalistas, editores, fotógrafos, chefia de redação e diagramadores. Já o JF Hoje possui uma redação com cerca de 20 profissionais.

Figuras 1 e 2: capas dos jornais JF Hoje e Tribuna de Minas do dia 1º de abril



A partir da análise dos jornais foi possível perceber que, em geral, as mesmas notícias policiais e sobre violência são divulgadas nos dois periódicos. No entanto, a “embalagem” é feita de forma diferenciada, ou seja, as capas dos jornais geralmente tratam os assuntos de formas nada parecidas, o que significa que determinado tema não tem o mesmo peso em cada um deles. Enquanto o JF Hoje, jornal tabloide, com venda restrita em banca, usa títulos mais chamativos e “brinca” mais com as palavras, dando destaque para assuntos bizarros ou pitorescos, a Tribuna, jornal que tem sua base nos assinantes, mas também possui grande vendagem em bancas, trata os temas de maneira mais sóbria e profunda. Outra diferença é em relação às editorias. Enquanto a Tribuna possui editorias de cidade (chamada de geral), economia, política, Brasil, mundo e esportes no primeiro caderno, além de um segundo caderno de cultura, o JF Hoje possui apenas editorias de cidade, esporte e variedades. Todos os outros temas, como os relacionados à política e à economia, são tratados dentro de cidade e sempre perdem espaço quando há alguma notícia factual relacionada à temática policial. As principais diferenças podem ser justificadas pelo público-alvo e política editorial distintos dos dois jornais.

Além disso, o tratamento que é dado às vítimas, suspeitos ou autores de crimes também é divergente nos dois periódicos. Segundo a editora do JF Hoje, Silvia Carvalho, o jornal divulga nomes de pessoas envolvidas em crimes quando o flagrante é



ratificado. Caso contrário, o suspeito não é identificado. Em casos de acidentes, o jornal divulga os nomes das vítimas, mas em notícias que envolvam violência são fornecidas apenas as iniciais. Já a Tribuna só revela nomes de vítimas, autores presos em flagrante ou suspeitos de crimes, em casos extremos. A política editorial do jornal define que, mesmo com ratificação do flagrante, deve-se preservar o nome dos envolvidos. O mesmo ocorre com vítimas de violência e de acidentes, em que, em geral, só são revelados os nomes de mortos. O jornal também adota, como forma de precaução, a discussão entre editores para definir cada caso especificamente, principalmente, quando as informações ganham grandes proporções. Segundo a chefe de redação, Lílian Pace, “a Tribuna pratica um jornalismo cidadão, por isso, jamais imputamos responsabilidade antes de haver a condenação. Também temos zelo na escolha das palavras que serão utilizadas. Sempre usamos suspeito ao invés de culpado, por exemplo. A intenção é fugir do sensacionalismo.”

Um exemplo para as diferenças entre os dois jornais pode ser demonstrado por meio das reportagens sobre uma bomba caseira que explodiu em um templo religioso no dia 22 de março, na Zona Leste, ferindo duas pessoas. O assunto foi manchete no JF Hoje, com o título em letras brancas com fundo vermelho: “Bomba explode em igreja”. Já na Tribuna, a matéria não ganhou tanto destaque, mas teve foto e chamada na capa. O título foi “Bomba atinge Igreja Pentecostal e fere mulher durante culto”. Ao analisar as notícias internamente, porém, a surpresa. Ambas têm praticamente a mesma construção, trazendo o fato, a informação sobre a mulher que ficou ferida, a entrevista com o pastor e com o delegado que investigaria o caso. Entretanto, as diferenças nas capas são essenciais. Vale ressaltar aqui que o assunto teve grande repercussão entre os leitores, com publicação de e-mails nas sessões de cartas. E, como o público destacou o problema da intolerância ao barulho de várias igrejas, a Tribuna preparou uma suíte, que virou manchete do jornal e tratou a poluição sonora dos templos religiosos, muitas vezes multadas por excederem o limite determinado pelo Código de Posturas do município. O JF Hoje também fez suítes do caso. Uma delas destacou o alto número de briga de vizinhos registrado pela polícia, tendo como gancho a suspeita de um vizinho ter jogado a bomba na igreja.

Apesar de o caso ter sido tratado de maneira bastante semelhante, o mesmo não ocorre com outros assuntos, principalmente os que dizem respeito a crimes violentos. Nas edições de 10 de fevereiro, por exemplo, os dois jornais trataram da seguinte forma a notícia de que um homem teria colocado fogo no corpo do namorado: “Briga de casal



gay pega fogo” foi manchete do JF Hoje, enquanto “Incendiado pelo namorado homem tem 40% do corpo queimado” foi matéria da Tribuna, sem chamada na capa. Geralmente, casos violentos que sejam chocantes, mas não envolvem um grande número de pessoas, têm destaque e chegam a merecer a capa do JF Hoje, quando raramente têm notoriedade no outro periódico. Um exemplo é a chamada do dia 25 de março do JF Hoje: “Ex não concorda com fim de namoro e esfaqueia mulher”. A matéria, que ganhou a página 5, uma das mais nobres, não foi sequer divulgada pela Tribuna. Nesta mesma data, o tabloide divulgou foto na capa de uma grávida de 8 meses que foi presa em flagrante por causa de uma tentativa de roubo a estudante. O assunto foi abre de página neste diário, enquanto na Tribuna ganhou apenas uma nota. O mesmo ocorreu com a cobertura da morte de uma menina atropelada por um ônibus urbano no dia 13 de fevereiro, que foi manchete no JF hoje e apenas nota na Tribuna.

Em relação à tentativa de roubo pela grávida, há outra constatação. O nome da mulher foi divulgado pelo JF Hoje, enquanto a Tribuna não revela a identidade de suspeitos. Fato semelhante ocorre com uma notícia divulgada no dia 31 de março. Enquanto o JF Hoje supervaloriza o “sequestro” de um rapaz, ocorrido no município de Piraúba, localizado a 80 quilômetros de Juiz de Fora, a Tribuna minimiza o tema, que mereceu na edição apenas uma pequena nota, no pé da página 4, sem detalhes e nomes. No jornal de cunho mais popular, o assunto ganhou a seguinte manchete em letras brancas e amarelas, com fundo preto: “Dupla sai de JF para sequestrar em Piraúba”. A nota da Tribuna teve o seguinte título: “Seqüestro frustrado – PM prende juizforanos em Coronel Pacheco”. A única semelhança, neste caso, é o destaque para os suspeitos do caso, que eram de Juiz de Fora. Apesar de a reportagem do JF Hoje ter sido maior e merecido capa, não teve aprofundamento nem fotografia. A matéria se resume no fato narrado pela Polícia Militar. Os nomes dos suspeitos também foram divulgados, mesmo estando informado na matéria que eles ainda prestavam depoimento ao final da edição.

Já na Tribuna, além de uma política de “preservação” de nomes, em alguns casos endereços também não são divulgados, até mesmo em registros de flagrantes. Nomes de ruas e até de bairros podem correr o risco de não serem revelados, principalmente quando se referem a assuntos que envolvem adolescentes infratores. Há ainda um cuidado com o texto, o que mostra cada vez uma maior necessidade de se pensar o que será divulgado e de que forma. Os verbos aparecem na condicional “teria furtado”, “teria atirado”, “teria cometido o crime”. No entanto, aqui cabe mais uma análise. Além da preocupação em não imputar a culpa a determinada pessoa antes de ela ser julgada,



não incentivar vinganças, nem colocar fontes em risco, existe a chance de, em caso de algum erro, o jornal ser alvo de processo judicial. Talvez por isso, a política editorial possa ser ainda mais cuidadosa. Cabe também lembrar que, quando os jornais optam por não revelar nomes mesmo em matérias envolvendo foragidos ou suspeitos de cometerem crimes de extrema violência e crueldade, o tema suscita polêmica entre os leitores e poderia servir de novos questionamentos a respeito de qual seria o papel social mais relevante da mídia nestes casos. No entanto, este não é o objeto de estudo deste trabalho.

Vale ressaltar que o espaço destinado ao assunto violência, mesmo tendo sido ampliado, continua sendo retratado de forma rasa, no que se refere às fontes de informação. Na maioria das matérias, as fontes principais, ou únicas, foram os boletins de ocorrências policiais ou as entrevistas com policiais, delegados ou bombeiros. Esse fator se deve à dificuldade de se obter informações e levantamentos precisos e à “necessidade” de se produzir matérias cada vez mais rapidamente, mesmo que isso comprometa a profundidade.

Quando a Tribuna, por exemplo, planeja realizar uma reportagem especial ou com maior destaque que envolva questões policiais, geralmente é necessário que o próprio jornal faça levantamento no seu banco de dados, realize pesquisas ou analise de forma detalhada informações contidas nas ocorrências. Se por um lado isso oferece credibilidade e um trabalho mais investigativo às reportagens, de outro, revela grandes falhas nos sistemas policiais e prisionais brasileiros. Pois, em muitos casos, são os jornais que passam a pautar políticas públicas.

Algumas grandes reportagens publicadas pela Tribuna em março deixaram o tema violência em evidência. Entre elas, um levantamento realizado pelo próprio jornal e publicado no dia 24 de março, mostrando que mais de 70 pessoas já haviam sido alvo de assaltos com arma de fogo na cidade desde o início do ano. Neste caso, fica claro outro problema enfrentado na construção de matérias que retratam a realidade da violência urbana: a carência de dados comparativos, por falta de pesquisas das fontes oficiais ou até mesmo de vontade de revelar os números, quando estes podem ser negativos para a imagem das corporações e autoridades. Outra reportagem, divulgada em 29 de março, mostra a crescente criminalidade entre os adolescentes. O trabalho minucioso, inclusive com uma entrevista de um adolescente infrator, acautelado no Centro Socioeducativo da cidade, oferece um panorama da violência juvenil no



município e do jogo de empurra entre as autoridades, quando o assunto é o menor de 18 anos.

Criminalidade, mídia e identidade

Os crimes são selecionados para aparecer no espaço da mídia. O reducionismo talvez tenha surgido na imprensa devido à dificuldade de colocar nas páginas dos jornais, nos hipertextos ou nos minutos de um programa de rádio ou TV, toda a complexidade e riqueza de detalhes dos fatos. Então, a realidade passa a ser fragmentada. Hall (200, p.17) já dizia que “a sociedade não é um todo unificado e bem delimitado”, mas está em constantes mudanças e sendo “descentrada”, ou seja, se fragmentando. O autor defende que as sociedades não têm nenhum centro ou princípio articulador único.

(...) uma representação é “socializada”, moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada. (...) Na medida em que uma representação ressalta os valores oficiais comuns da sociedade em que se processa, podemos considerá-la, à maneira de Durkheim e Radcliffe-Brown, como uma cerimônia, um rejuvenescimento e reafirmação expressivos dos valores morais da comunidade. (GOFFMAN, 1989, p.40-41).

Tomando por base as definições de Goffman, é possível iniciar a discussão sobre a representação social. Não só o autor, como diversos outros sociólogos e pensadores do interacionismo simbólico ou das teorias dos estudos culturais argumentam que a realidade é construída socialmente e que o indivíduo representa ao interagir com os outros. Ampliando o conceito do termo representação, consideramos que não apenas as pessoas utilizam máscaras sociais como também os veículos de comunicação. Ao destinar notícias para um público específico, um jornal escolhe o tipo de representação que será utilizada na cobertura dos acontecimentos e, assim, adota um discurso que seja coerente com a política editorial e com o leitor ao qual se dirige. Talvez se o público fosse diferente, a representação ocorreria de uma outra maneira.

Podemos dizer que todas as reportagens são, de certa forma, discursos acerca dos assuntos abordados – são verdades, mas enxergadas por um dos ângulos possíveis – e assume grande interferência na construção identitária das comunidades. Muitas vezes, os meios de comunicação servem de espaço para que algumas aparências apareçam mais do que outras e acabam por reforçar, mesmo que de forma não intencional, as identidades nas quais essas aparências se baseiam.



Uma identidade é construída quando dado sistema de representação proporciona forte identificação por parte dos que o reconhecem, aceitam e adotam. Woodward (2000) denomina identificação ao fato de nos ajustarmos ou nos conformarmos a imagens, pessoas e personagens, por exemplo, seja pela ausência de uma “consciência da diferença ou da separação”, seja por uma admissível (e suposta) “similaridade”. Por outras palavras, processos de identificação podem ser definidos como mecanismos psicológicos e psicossociais por meio dos quais um ou mais indivíduos moldam sua conduta e tomam atitudes, no intuito de se parecer (e deixar confundir) a um “outro” ou a “outros”. (TRINTA, 2007, p.153).

Sabemos que nem todo sofrimento terá o mesmo destaque na mídia. Tudo vai depender se o assunto é vendável e se interessa ao leitor de determinado jornal, que estará mais atento à notícia se ela acontecer no “seu quintal”, ou seja, se ocorrer em um local mais próximo da sua realidade. O leitor, geralmente, se importa mais com os assuntos quando se transporta para eles e percebe que aquilo que está estampado no jornal aconteceu com um outro indivíduo, mas também poderia ter acontecido com ele. O que comprova que estamos mais interessados em fatos que eventualmente podem afetar nossa vida cotidiana.

“Sei, evidentemente, que a realidade da vida cotidiana contém zonas que não me são acessíveis desta maneira. Mas, ou não tenho interesse pragmático nessas zonas ou meu interesse nelas é indireto, na medida em que podem ser potencialmente manipuláveis por mim.” (BERGER; LUCKMANN, 2007, p.39)

Em palestra com o tema “Vítima virtual e subjetividade”⁶, realizada na UFJF no Seminário Internacional Juventude, Criminalidade e Controle Social, ocorrido entre 17 e 19 de novembro de 2008, o professor doutor da UFRJ Paulo Vaz levantou a questão da reação social ao crime, ressaltando que, quanto mais se divulgam estatísticas de que as pessoas estão assustadas, mais elas se colocam nesta lista. Este é um forte argumento para a idéia de que a mídia exerce interferência nas construções de discursos identitários. Vaz também destacou que as notícias sobre a violência dependem de duas a três articulações: o medo, a compaixão e a indignação. O crime que vai provocar mais medo é aquele que acontece no espaço público, e a mídia acaba retratando determinada rotina como perigosa. O medo do crime cria um novo lugar, havendo uma mudança de rotina. Ele se aproveita da fragilidade. No caso da compaixão, a emoção é construída por crenças. O observador é quem define a gravidade do sofrimento e não aquele que sofre. Temos compaixão só quando o sofrido é inocente, porque este sentimento reforça a moralidade do observador.

⁶ Palestra assistida pela autora Marise Baesso.



No caso da menina Isabela Nardoni, morta em São Paulo, em março de 2008, Paulo Vaz lembrou, em sua palestra, que houve extrema indignação contra o pai e a madrasta da menina, acusados de terem jogado Isabela do prédio. Quando a vítima passou a ter exposição pública, os direitos dos acusados diminuíram sensivelmente.

Na maioria das vezes, as reportagens em que menores de 18 anos são infratores têm muito mais destaque do que quando o adolescente é a vítima. Por outro lado, não se destaca tanto o abandono dos jovens infratores depois que são presos, porque a opinião pública não se interessa ou se preocupa menos pelo que acontece nas instituições de recuperação social ou nas prisões.

Antes do crescimento do problema insegurança, o criminoso não era visto como o mau, mas como uma pessoa com problemas, porque a sociedade deixou de lhe oferecer certas oportunidades. Ou seja, esta pessoa também possuía direitos. O criminoso era visto como um indivíduo dentro da sociedade. Hoje, regra geral, não se acredita mais que os criminosos sejam reabilitados, daí o encarceramento em massa e o questionamento sobre aspectos do que chamamos de direitos humanos.

É necessário destacar que, em todos os casos acima citados, a mídia exerce fundamental importância, pois o enquadramento que ela faz da realidade, ou seja, os discursos que ela adota transformam-se em realidade e passam a ser repetidos e adotados, muitas vezes sem reflexão prévia, por grande parte da sociedade. Os discursos identitários incentivados ou reafirmados pela mídia de fato fazem parte da verdade, mas são apenas uma das versões, dentre as muitas existentes. Um exemplo é o que ocorre quando a imprensa relembra fatos ocorridos. A “comemoração” do aniversário dos acidentes ou de atos criminosos acaba por pré-determinar os assuntos que serão discutidos pela opinião pública e por estimular a cobrança de atitudes do poder público. Esse fenômeno pode ser interpretado com uma “agenda setting” das questões identitárias que serão ressaltadas, no momento, por meio da valorização da memória, já que os assuntos que conseguirão perdurar por mais tempo em pauta serão aqueles que tiveram uma narrativa bem elaborada e uma memória construída para preservar aquilo que se deseja ressaltar.

Conclusão

No meio jornalístico já existe uma discussão sobre o tratamento da violência há alguns anos. As análises sobre a produção jornalística são feitas, em geral, em relação à grande imprensa, principalmente os veículos impressos. Um bom exemplo desta análise



foi divulgado no livro “Mídia e Violência – novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil”, publicado em 2007. No entanto, é preciso avançar ainda mais quando se confronta a teoria e a prática jornalística voltadas para os temas violência e criminalidade, principalmente se referindo ao jornalismo produzido no interior - que foi nosso objeto de análise -, onde o investimento na especialização do jornalista é quase nulo. Assim sendo, nem sempre o repórter sabe, por exemplo, pegar uma estatística e analisá-la para fazer uso dos dados da melhor maneira possível. Outro fator importante a ser ressaltado ao se discutir a abordagem da criminalidade diz respeito ao relacionamento entre imprensa e órgãos oficiais, principalmente policiais. Já que há grande dificuldade no acesso a estatísticas comparativas e a informações que possam comprometer a corporação.

Este trabalho também comprova que o crime não pode ser tratado como fato isolado, separado de um contexto social e político. É preciso haver mais debates e discussões sobre a forma como o jornalismo sobre a violência vem sendo traçado. Isto se aplica, principalmente, porque se percebe que o tom sobre as matérias das periferias tende a intensificar os estereótipos. Além disso, comumente, os repórteres trabalham com a polícia como fonte principal, senão a única na maioria esmagadora das matérias. Também é preciso ter em mente que os jornais, em especial os que foram analisados, precisam evoluir para uma cobertura mais contextualizada e fundamentada em mais fontes, visto que hoje, muitas vezes, ela está pautada em fontes oficiais e policiais.

A análise dos jornais JF Hoje e Tribuna de Minas serviu de embasamento para compreender melhor como a cobertura jornalística de temas relacionados à criminalidade pode ocorrer de maneira diferente e para suscitar a discussão acerca das políticas editoriais adotadas nesse tipo de abordagem. Outra questão que merece ser ressaltada diz respeito à prática profissional. Frequentemente nos encontramos criticando a polícia, que apenas corre atrás do crime. Entretanto, a cobertura jornalística sofre, em parte, do mesmo problema. Corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa de forma restrita sua capacidade para pautar um debate público consistente sobre o setor.

No entanto, não podemos negar que o papel dos veículos de comunicação é indispensável. Entre os aspectos positivos encontrados, está o respeito aos personagens envolvidos nas notícias e o não-apelo ao sensacionalismo irresponsável. Por outro, há matérias que ainda apelam para isso, principalmente nos veículos “populares”.



Finalmente, cabe à mídia ter consciência de que contribui com a construção de identidades, modificação de rotinas e fragmentação da realidade. Fica aos jornais o desafio de terem que ir além, de buscar sempre levantar dados precisos, monitorá-los e cobrar do poder público a criação e manutenção de políticas de segurança pública. A imprensa precisa promover mais debates entre os vários segmentos da sociedade e se colocar aberta às mudanças dos novos tempos. Deixando as críticas de lado, por todos os avanços no tratamento da criminalidade e até mesmo pelo maior espaço dado ao assunto “segurança pública”, a mídia deve ser vista como uma aliada para a melhor compreensão dos problemas e também para a cobrança de uma atuação mais eficaz de todos os setores da sociedade que interferem nas políticas de combate ao crime.

Referências bibliográficas

ARBEX, Daniela. Cidade de contrastes: de cada R\$ 100 movimentados em JF, menos de R\$ 3 ficam com os mais pobres. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 20 jan. 2009. Caderno Voto e Cidadania, p.3.

BEATO, Cláudio. **A mídia define as prioridades da segurança pública**. In: *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007, p.33-36.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 27 ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 4 ed., Petrópolis: Vozes, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 4ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LAHNI, Cláudia; MUSSE, Christina Ferraz. **Identidade e Cidadania em uma rádio comunitária autêntica**. In: COUTINHO, Iluska; SILVEIRA JR, Potiguara Mendes da. (org.). *Comunicação: tecnologia e identidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.119-136.

PARK, Robert Ezra. **A Cidade**: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Cidade Brasileira**: uma ou muitas? In: *Ciência e Cultura: temas e tendências*, revista da SBPC, São Paulo, ano 56, n.2, abri/maio/jun. 2004.

TRINTA, Aluizio Ramos. **Identidade, identificação e projeção**: telenovela e papéis sociais no Brasil. In: COUTINHO, Iluska; SILVEIRA JR, Potiguara Mendes da. (org.). *Comunicação: tecnologia e identidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.151-164.